

## **Um Ensaio Sobre História Oral e Educação Matemática: pontuando princípios e procedimentos**

### **An Essay About Oral History and Mathematical Education: setting principles and procedures**

Rosinéte Gaertner<sup>1</sup>  
Ivete Maria Baraldi<sup>2</sup>

#### **Resumo**

Recentemente, percebe-se uma intensificação de trabalhos desenvolvidos em Educação Matemática, utilizando-se da história oral como metodologia de pesquisa. Neste artigo, mediante as experiências vivenciadas durante a elaboração de nossos trabalhos de doutoramento e posteriormente, quando no papel de orientadores de trabalhos de iniciação científica e de alunos de pós-graduação em seus afazeres de pesquisa utilizando a metodologia em questão, discutimos a ética, a educação matemática e a história oral. Também aventamos possibilidades sobre a postura do pesquisador frente às entrevistas, textualizações e a iconografia – fotos e imagens diversas – fornecidas pelos colaboradores em nossos projetos em História Oral e Educação Matemática.

**Palavras-chave:** História Oral. Educação Matemática.

#### **Abstract**

Recently, we can perceive an intensification of assignments developed into Mathematical Education with the use of oral history as a research methodology. In this article, facing the living experiences during the preparation of our Phd tasks and later, when we had the role of advisors of scientific papers and of Postgraduate students in their researches

<sup>1</sup> Doutora em Educação Matemática. Docente do Departamento de Matemática da Universidade Regional de Blumenau – FURB – Blumenau – SC. rogaertner@gmail.com

<sup>2</sup> Doutora em Educação Matemática. Docente do Departamento de Matemática – UNESP – Bauru – SP. Endereço para correspondência: Caixa Postal 225 CEP 17015-970, Bauru – SP. ibaraldi@terra.com.br

also using the same methodology, we discussed the implication of ethics, mathematical education and oral history. Furthermore, we enunciated possibilities of the posture of the researcher before interviews, texts and iconography – photos and several images – provided by collaborators of our projects on Oral history and Mathematical Education.

**Keywords:** Oral history/Mathematical Education

## **Introdução**

*A expressão reta não sonha. Não use o traço acostumado. A força de um artista vem de suas derrotas. Só a alma atormentada pode trazer para a voz um formato de pássaro. (...) O olho vê, a lembrança revê, e a imaginação transvê. É preciso transver o mundo.* (BARROS, 2001, p. 75)

Até o início dos anos 2000, os trabalhos em Educação Matemática que utilizaram a história oral como metodologia de pesquisa eram quase inexistentes. No entanto, recentemente, como nos aponta Garnica (2005), percebe-se uma intensificação de trabalhos desenvolvidos em Educação Matemática, utilizando-se da história oral. Esses trabalhos passam a ganhar maior consistência e visibilidade com a constituição do GHOEM (Grupo História Oral e Educação Matemática), em 2002, composto por indivíduos de diversas instituições universitárias. Neste grupo de pesquisa, do qual fazemos parte, muitos trabalhos estão em desenvolvimento e um exercício que se estabeleceu é a interlocução, ou seja, os referenciais teóricos e os temas focados são discutidos, de maneira presencial ou *on line*, o que favorece o amadurecimento de idéias e o encaminhamento de certas investigações.

Com a intenção de contribuirmos com essa interlocução, elaboramos este texto, focando a ética, a educação matemática e a história oral, mediante as nossas experiências vivenciadas durante a elaboração de nossos trabalhos de doutoramento – Baraldi (2003) e Gaertner (2004) – e posteriormente, quando orientamos os nossos alunos em seus afazeres de pesquisa. Para tanto, buscamos aventar possibilidades sobre a postura ética do pesquisador frente

às entrevistas, textualizações e à iconografia (fotos e imagens diversas) fornecidas pelos colaboradores em nossos projetos em História Oral e Educação Matemática.

### **História Oral e Educação Matemática: possibilidades**

Durante muitos séculos, os documentos escritos foram a principal fonte das pesquisas históricas. No entanto, sob a perspectiva da “Nova História”, principalmente após a Primeira Guerra Mundial, os historiadores perceberam que, muitas vezes, os documentos não tinham quase nenhuma relação com o que havia ocorrido. Começou-se, então, a compreender que a documentação escrita mostrava-se passível de adulteração. Nesta mesma fase, o surgimento de equipamentos que registravam a imagem e o som provocou mudanças qualitativas e quantitativas de proporções tão consideráveis para a produção historiográfica quanto as que, anteriormente, representaram o manuscrito, a imprensa e o arquivo, superando, assim, a noção de que o documento escrito possui valor hierárquico superior a outros tipos de fontes.

Num primeiro momento, entretanto, mesmo a História Oral surge ainda como forma de narrar os feitos dos “homens nobres”. Somente num segundo momento manifesta-se como uma maneira de dar voz aos “excluídos” pela ótica tradicional de historiografia.

Num outro momento, em meados das décadas de 1960/70, a História Oral favorece uma reflexão metodológica ao abordar o acontecimento social a partir de memórias que, não mais tematizando somente as exceções, mas grupos de segmentos médios, procuravam evidenciar as tensões entre as histórias particulares e a cultura que as contextualizava.

No Brasil, de acordo com Meihy (2000), a História Oral tardou a se desenvolver em virtude da falta de tradições institucionais não acadêmicas que privilegiassem o registro de histórias locais e de tradições populares e, ainda, pela ausência de vínculos da universidade com o regionalismo e a cultura popular. Também, o desdobramento do golpe militar na década de 1960, devido à vigilância opressora à divulgação oral, constituiu-se em outro fator que contribuiu para retardar o desenvolvimento da História Oral.

Somente a partir da década de 1970, com o início da campanha pela anistia e com a progressiva abertura política, notou-se uma vontade de recuperar a “história reprimida”. Surgem grupos isolados manifestando a necessidade da busca ao entendimento e de debates em torno da História Oral, parecendo atender o apelo de Linhares (2001, p. 34): “Este legado ético cobra que atentemos para as vozes abafadas dos vencidos, pois que continuam latentes em nós”.

As primeiras experiências sistemáticas no campo da história oral, de acordo com Ferreira (1994), ocorreram por volta de 1975, na Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro, a partir de cursos promovidos por especialistas mexicanos e norte-americanos baseados no currículo do *Oral History Program*, da Universidade de Colúmbia, voltados para um público específico, composto por historiadores e cientistas sociais. Destas experiências surgiram os primeiros programas de História Oral no Brasil, privilegiando o estudo da política regional e das elites políticas. Esses programas despontaram na Universidade Federal de Santa Catarina e no Centro de Pesquisa de Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas.

O processo iniciado nos anos de 1970 abriu espaço para a introdução de novas práticas de pesquisa. Na década de 1980, ainda segundo Ferreira (1994), a História Oral, no Brasil, não apresentou grandes avanços no que diz respeito aos programas das universidades. No entanto, notou-se um aumento significativo de pesquisadores que passaram a utilizar a História Oral e incorporaram a ela novos objetos e temas de pesquisa, tais como: a classe trabalhadora brasileira, a história de bairros, as minorias e grupos discriminados, como negros e mulheres, permitindo um conhecimento mais acurado de segmentos menos favorecidos da sociedade brasileira.

Porém, a discussão metodológica ainda se manteve bastante restrita. Uma década mais tarde, a História Oral ganha *status* específico no cenário brasileiro, tanto como disciplina quanto como metodologia de pesquisa, sendo reconhecida, institucionalizada e debatida em diversos encontros acadêmicos da área de história e ciências sociais: é um momento significativo para sua autonomia como região científica no panorama de pesquisa brasileiro.

Em Educação Matemática, até o início dos anos 2000, eram poucos os trabalhos que utilizavam a metodologia da História Oral como parte de seus fundantes. Garnica (2006) esboça uma análise destes estudos anteriores ao ano de 2002, detectando neles alguns elementos comuns, embora empregados de maneira distinta, tendo percebido um maior ou menor rigor dos autores na definição das intenções em relação à utilização da História Oral.

No entanto, em Garnica (2004) verifica-se a intensificação de trabalhos que, em Educação Matemática, utilizam, explicitamente, a História Oral como metodologia de pesquisa (de abordagem qualitativa), dada a possibilidade – própria a esse viés metodológico – de organizar a busca de traços dos cenários históricos relacionados à formação e às práticas escolares, bem como a compreensão de fatores e de significados das tramas constitutivas das práticas atuais, objetivos característicos das pesquisas situadas na tendência, ainda em configuração, “História da Educação Matemática”. Nesta, a História Oral apresenta-se como uma das possibilidades de organização e sistematização de compreensões visando, também, à autonomia dessa tendência de pesquisa em Educação Matemática. Ainda, em Garnica (2005) encontramos um importante trabalho (metodológico) sobre as diversas possibilidades e a legitimidade de inscrever a História Oral como método de pesquisa adequado e produtivo para a Educação Matemática.

Os estudos das autoras fazem parte desse cenário em constituição da Educação Matemática e questões éticas são latentes quanto à relação entre o pesquisador e seus colaboradores, quando na realização das entrevistas, no cuidadoso processo de textualização do depoimento e no uso do acervo iconográfico apresentado pelos depoentes, entre outras. Assim, a seguir, elaboramos algumas considerações acerca destes três temas.

### **Pesquisador sensível: a ética nas entrevistas**

Ao adotar-se a História Oral como metodologia de pesquisa, trabalha-se com o relato oral de indivíduos ligados por traços comuns. A utilização desta metodologia, como alerta Freitas (2002), fornece novas perspectivas

para o entendimento do passado recente, possibilitando o conhecimento de diferentes versões sobre determinado tema.

O relato oral, obtido por meio de entrevistas, constitui-se como núcleo da investigação, ou seja, o trabalho investigativo leva em conta as trajetórias individuais, eventos ou processos que não poderiam ser compreendidos de outra maneira. Ele permite o resgate do indivíduo como sujeito no processo histórico e constitui-se como documento gerado no momento da entrevista, legítimo tanto pelo seu valor informativo quanto pelo seu valor simbólico.

Ao trabalhar com História Oral, o pesquisador precisa ter em mente que, ao entrevistar pessoas, princípios éticos devem ser estabelecidos e respeitados.

Ao realizar uma entrevista, invadimos a privacidade do depoente que, muitas vezes, revela fatos, sentimentos e emoções que estavam adormecidos ou escondidos. É necessário que o pesquisador tenha paciência, respeitando o tempo que o entrevistado precisa para organizar as idéias ao revolver as memórias. Não atropelar o colaborador é essencial para o estabelecimento do diálogo e a obtenção das informações desejadas. Regras sociais precisam ser rigorosamente respeitadas tal como tratar o depoente com cortesia, antes, durante e depois da sessão de entrevista. A difícil tarefa de selecionar o que pode ou deve ser divulgado é do próprio depoente, cabendo ao pesquisador não se deixar levar por preferências, gostos, sensacionalismos. Para tanto, deve estar claro o objetivo pré-definido da pesquisa para o depoente e este deve saber o que se pretende fazer com suas informações. Com tais atitudes, desconfiças iniciais são minimizadas ou desfeitas, pois o que o depoente fala depende de como ele percebe seu interlocutor.

Ao contrário do que acontece com as fontes escritas, nas quais os dados existem independentemente das necessidades do pesquisador, nas orais o conteúdo depende do diálogo estabelecido entre historiador e colaborador, possuindo natureza interativa. Dessa maneira, não há como negar a parcialidade de qualquer documento produzido, sobretudo dos gerados a partir da “conversa” entre pessoas que, muitas vezes, pertencem a gerações distintas. Sendo assim, devemos levar em consideração a intencionalidade do pesquisador durante a entrevista, o que pode contribuir ou prejudicar a

rememoração do colaborador, pois o primeiro pode interferir na realidade observada. Por isso, entendemos que o pesquisador deve buscar um “distanciamento”. Um parâmetro a ser cuidado, em relação ao distanciamento, refere-se a evitar a seleção de colaboradores que possam evocar laços afetivos e sentimentos antigos ou atuais do pesquisador. O foco de interesse do pesquisador também pode estar centrado em aspectos diferentes daqueles relatados pelo colaborador e, conseqüentemente, fatos distorcidos (nomes, datas e acontecimentos estabelecidos erroneamente) podem ser relevados, não como resultado de uma postura displicente ou descuidada, mas, sim, como uma preocupação de como a história é reconstruída, reelaborada e interpretada pelo colaborador em seu esforço de lembrar e dar sentido aos momentos de sua vida.

A memória do colaborador constitui-se como a primeira fonte para a História Oral, manifestada na narração. No entanto, a memória é seletiva tanto no que é lembrado quanto no que é silenciado e esquecido; as pessoas não têm uma visão fixa, estática ou cristalizada dos acontecimentos que ocorreram no passado. Elas podem construir múltiplas versões do passado e transmiti-las oralmente de acordo com as necessidades do presente.

Além disso, a memória costura os tempos, não compreendendo com exatidão suas passagens, e as reminiscências são compostas para dar sentido à vida passada e presente. Para Thompson (1998), *composição* é o termo adequado, ainda que ambíguo, para descrever a constituição das lembranças, pois compomos os dados de nossa memória com signos e significados diferentes, mas que traduzem noções comuns ao grupo social ao qual pertencemos. Desse modo, selecionar ou esquecer, divulgar ou silenciar são manipulações conscientes ou inconscientes, decorrentes de fatores diversos que afetam a memória, fazendo com que esta costure os fatos.

Segundo Portelli (1997), é comum os indivíduos agruparem as experiências vividas e, em conseqüência, suas lembranças, em áreas de significados (políticos, pessoais ou coletivos). O autor explica que, num testemunho, o indivíduo pode agrupar acontecimentos que, para ele, tiveram significados semelhantes, embora tenham acontecido em épocas distintas do ponto de vista cronológico.

São comuns, sobretudo quando os depoentes são idosos, as chamadas “distorções” da memória, o que no nosso caso, representam um recurso para a História Oral. Essas distorções favorecem a busca, por parte do pesquisador, de um clareamento sobre essas passagens, entendendo o que levou à compreensão distorcida de um determinado ocorrido. De acordo com Bosi (1987), a veracidade do colaborador não deve preocupar tanto o pesquisador, pois os lapsos e erros não são tão graves, em suas conseqüências, quanto as omissões da “História Oficial”. O escolhido para ser lembrado é o que irá perpetuar na história de vida de cada um dos indivíduos.

Dessa maneira, como em todo trabalho investigativo, a pesquisa em História Oral e Educação Matemática, coloca problemas de ordem ética ao pesquisador. Sendo assim, o pesquisador pode errar, mas não mentir, pois isso é falsificação. O pesquisador estará sujeito ao erro, pois ele pode ter o cuidado de verificar alguns dados e datas com o interesse de entender melhor o contexto do que está sendo narrado, ou não, por não perceber o equívoco do depoente. No entanto, algumas datas ou dados equivocados não causam conseqüências desastrosas que possam abalar a seriedade do trabalho. Além disso, a divergência em generalizações sobre o passado amplia a percepção histórica. Dessa maneira, entendemos também que a constituição da memória é objeto de contínua negociação, o que implica em estabelecer que não caberá ao pesquisador julgar o que foi narrado por seu depoente, mas estar consciente de que os significados atribuídos às ações e escolhas do passado determinam a visão retrospectiva e, conseqüentemente, o sentido dado às experiências no momento em que estão sendo narradas pelo depoente.

Outro importante fator que devemos considerar é o da necessidade – que temos julgado vital – de compartilhar informações na produção de estudos em História Oral. É na discussão contínua, quando operam várias vozes, quando se fazem várias leituras, quando interagem várias perspectivas que os trabalhos vêm à luz e ganham em profundidade, oferecendo elementos para a constituição de um cenário cada vez mais elaborado, por ser dialógico. Esse caráter de produção coletiva – que deveria caracterizar todo fazer educacional – está sendo efetivado pelo grupo de pesquisa em História Oral e Educação Matemática ao qual pertencemos, tendo seus membros constitutivos como interlocutores freqüentes, minimizando os problemas éticos que poderiam ser

gerados: pela pouca experiência do pesquisador, pela temática da investigação, pelos interesses, postura ou ideologias do pesquisador.

### **Em busca da compreensão: a ética na textualização e na análise**

A entrevista é apenas uma etapa inicial do projeto a ser desenvolvido sob a ótica da História Oral.

Segundo Meihy (2000), a entrevista possui degraus: “pré-entrevista, entrevista e pós-entrevista”. A pré-entrevista é a etapa de preparação do encontro em que se dará a gravação. É indispensável uma preparação antecipada para que as pessoas a serem entrevistadas entendam os objetivos do trabalho, bem como possam programar-se quanto ao local e data onde se dará o encontro. Também é o momento de entregar, pessoalmente ou via correio (quando for de outra localidade), o roteiro da entrevista.

A *transcrição* é parte desta etapa e define-se como a passagem da gravação oral para o escrito.

A *textualização* é a etapa posterior à transcrição. É a fase em que as perguntas e todas as eventuais intervenções são fundidas nas respostas, ou seja, “o texto passa, pois, a ser predominantemente do narrador que figura como figura única por assumir o exclusivismo da primeira pessoa”. (MEIHY 2000, p. 90)

No tratamento da textualização o tom da narrativa é escolhido pelo pesquisador a partir da temática em foco; a entrevista é cronologicamente refeita, colocando-se em evidência a caracterização do entrevistado, dando, assim, uma lógica ao texto e tornando-o mais fluente e livre dos vícios da oralidade. Nesta fase, as informações dadas pelos depoentes exigem do pesquisador um tratamento sensível, cauteloso e ético, uma vez que, lembramos Amado (1997):

Pessoas não são papéis. Conversar com os vivos implica, por parte do historiador, uma parcela muito maior de responsabilidade e compromisso, pois tudo aquilo que escrever ou disser não apenas lançará luz sobre pessoas e personagens históricos (como acontece quando o diálogo é com os mortos), mas trará conseqüências imediatas para as existências dos informantes e seus círculos familiares, sociais e profissionais (AMADO, 1997, p. 146).

Conforme Gattaz (1996), assume-se que a textualização final da entrevista é de autoria do pesquisador, sendo o colaborador co-produtor deste novo documento. Entretanto, Alessandro Portelli (1997, p. 13) afirma que os pesquisadores orais “*têm a responsabilidade não só de obedecer a normas confiáveis, quando coligem informações, como também de respeitá-las, quando chegam a conclusões e fazem interpretações – correspondam ou não a seus desejos e expectativas*”. Garnica (2005) contribui para essa discussão:

A textualização, segundo a concebemos, compõe-se de vários momentos, indo desde a simples “limpeza”, retirando os “vícios” de linguagem, podendo passar pela reorganização das informações transcritas – visando a uma sistematização cronológica ou temática (a narrativa, especialmente aquela dos depoentes mais fluentes, tende a entrelaçar tempos e temas) – até uma reelaboração mais radical – a chamada transcrição – para o que podem ser chamados à cena elementos e estilos teatrais, ficcionais, recursos inusitados de estilo etc. /.../ A tendência nos trabalhos no GHOEM tem sido por desenvolver a textualização e poucos o fazem de forma mais radical (a maioria limita-se a um exercício /.../ [de] exclusão das muletas lingüísticas desde que não se perca, com isso, o tom vital do depoente; ao que se segue um reagrupamento temático /.../. A interferência no texto gerado pelo depoimento – a textualização – é freqüentemente questionada. Deve-se compreendê-la não como uma intervenção num texto que é de outro, mas como uma elaboração do pesquisador a partir do que o outro narrou. É um texto, portanto, de autoria, já impregnado de interpretações e vieses. Ainda que usemos – não poucas vezes – falar de uma co-autoria da textualização, ocorre que a escrita do pesquisador já está manifestando os momentos daquela hermenêutica que foi disparada no mesmo instante que a própria possibilidade da pesquisa foi aventada (GARNICA, 2005, p. 126-127).

Ainda, como nos propõe Silva (2006), a textualização é uma forma do pesquisador se aproximar dos significados que o depoente produz para as suas experiências.

Sendo assim este texto produzido deverá ser legitimado pelo depoente que concederá, ou não, sua total publicação ou divulgação, pois tem pleno direito sobre sua memória. Ele tem o direito de suprimir/modificar/complementar informações e, isto deve ser respeitado pelo pesquisador. Esta etapa, imprescindível, é chamada de *conferência*. Esta pode ser em conjunto com o pesquisador ou um trabalho solitário do depoente e, geralmente, é um processo lento. A *utilização* dos textos far-se-á respeitados os termos da *autorização* dada, pelo colaborador, em uma *carta de cessão* que, segundo Meihy (2000), é um documento que autoriza o autor a ter direitos de uso sobre a entrevista, tanto da gravação quanto do resultado escrito. Este momento é quando “todos” passam a ser autores de uma história.

Geralmente, após a textualização, o pesquisador começa o trabalho de análise. Para a análise, o depoimento deve ser considerado como um todo e, segundo Alberti (2005, p.185), “*é preciso saber ‘ouvir’ o que a entrevista tem a dizer tanto no que diz respeito às condições de sua produção quanto no que diz respeito à narrativa do entrevistado*”.

Ainda, como nos alerta Alberti (2005), diante de suas intenções, no momento de análise, o pesquisador deve estar aberto a conhecer e deixar registrado o ponto de vista do depoente, sem sobrepor suas vontades e, muitas vezes, amargar a frustração de não ter obtido as informações significativas para seu tema de pesquisa ou da entrevista não ter sido da forma como tinha projetado.

Ao ser publicado um trabalho em que se utilizou História Oral, às vezes, a textualização não será apresentada completa, por motivos óbvios, será “recortada”. Compreendemos que os “recortes” necessários devam ser feitos de tal maneira que seja mantida a correspondência entre o que está gravado e o que será publicado, de modo que “o que se lê” esteja sem dúvida na entrevista “que se ouve”.

### **Um olhar atento: a ética e as imagens**

O ato de rememorar, de remexer e extrair da memória informações, também é feito de lapsos e esquecimentos. Eles estão presentes durante toda

a vida do homem, pois, como disse Nietzsche (*apud* SEIXAS, 2000, p.75) “é possível viver quase sem se lembrar, e mesmo ser feliz (...), mas é absolutamente impossível viver sem esquecer”.

Na tarefa de combater/ bloquear o trabalho do esquecimento e parar o tempo a fim de preservar a memória, o homem descobriu um importante aliado: a fotografia. A fotografia não só preserva instantes, mas, também, capta a imensa riqueza de gestos, imagens, vestuários e costumes. Um álbum de fotografias, no fundo, é um figurino de época que capta o decurso do tempo. Assim, as fotografias proporcionam informações sobre o comportamento das pessoas e os valores que consideravam dignos de ser fotografados, como as suas “melhores” roupas, posturas, bens que possuem, além de mostrar os efeitos do tempo sobre o homem ou uma cidade. Ao pesquisador, cabe o desafio de desvendar aquilo que ao primeiro olhar não é revelado, ou seja,

(...) há que se perceber: as relações entre signo e imagem, aspectos da mensagem que a imagem fotográfica elabora, e principalmente, inserir a fotografia no panorama cultural, no qual foi produzida, e entendê-la como uma escolha realizada de acordo com uma dada visão de mundo (MAUAD, 1997, p. 314).

A imagem fotográfica guarda aspectos da vida de pessoas e lugares, num determinado tempo do passado, com tal riqueza de detalhes, de que a mais detalhada descrição verbal não daria conta. Ela congela momentos de vida e quando, anos mais tarde, é olhada, traz à tona um passado que não existe mais, fazendo o sujeito relembrar acontecimentos e emoções adormecidos na memória, ultrapassando o âmbito meramente descritivo da imagem. Guardar uma fotografia pode significar possuir o próprio passado; é acreditar na possibilidade de tê-lo disponível para acesso e revisão no futuro.

E por sentir ser a memória limitada e seletiva, a maioria das pessoas zela por aquelas fotografias que, de alguma forma, estão ligadas a momentos, pessoas e lugares importantes em sua vida. As imagens constituem-se em valiosas fontes, contribuindo significativamente num trabalho de História Oral e Educação Matemática ao fornecer detalhes para a composição do cenário que é o foco de interesse do pesquisador. No transcorrer das entrevistas,

muitos depoentes exibem suas fotografias tal como jóias raras, possuidoras de poderes mágicos que os fazem voltar no tempo, tornando-os moços, novamente, possibilitando o reencontro de pessoas que há muito se foram, e permitindo o re-vivenciar de experiências que muitas marcas deixaram. Também, durante o ato de contemplação das fotografias, transbordam sentimentos de orgulho e satisfação em se identificar como membro pertencente a um grupo social, possuidor de uma identidade cultural que é por eles valorizada.

O uso de fotografias num trabalho de pesquisa de História Oral exige um procedimento ético fundamental que é o de solicitar a autorização prévia do depoente. Ele poderá permitir ou não que a imagem seja impressa, projetada ou reproduzida. Tal decisão deverá ser acatada pelo pesquisador, por mais rara e valiosa que seja a foto, mesmo em caso de negativa de seu uso.

Os tipos de imagem fotográfica que aparecem nas pesquisas que se utilizam da História Oral são de diversas naturezas, sendo comuns as de crianças, de profissionais e de instituições. O tratamento a ser dado a elas é similar. Busca-se referenciar as imagens, identificando o nome das pessoas/instituições que nela aparecem (quando possível) e informando o acervo ao qual pertence a fotografia original.

A fim de resguardar juridicamente o pesquisador, a *carta de cessão* assinada pelo depoente pode ter incluso um parágrafo que autoriza a usar a imagem, protegendo-o quando da publicação do trabalho. Para Kramer (2002), a autorização escrita para o uso da fotografia nem sempre isenta o pesquisador de problemas e, por vezes, há o impedimento da publicação do trabalho. Tal situação foi constatada em estudos em que ocorria a análise das fotos e a discussão das situações observadas, com o pesquisador tecendo, com seus comentários, outros sentidos às imagens. Daí a sugestão da inclusão da autorização na *carta de cessão*, com a concordância do uso da imagem e do texto sobre ela produzido.

### **Considerações finais**

As possibilidades de pesquisa abertas pelo uso da História Oral em Educação Matemática são, sem dúvida, bastante proficuas e atraentes.

No entanto, mediante nosso caminhar por searas não tão conhecidas por nós educadores matemáticos, inicialmente, percebemos que trabalhar com fontes orais e iconográficas não é simples, embora permita-nos obter um conhecimento aprofundado do tema e descobrir evidências para a análise. Também, nos conscientizamos o quanto é grande a responsabilidade do pesquisador em relação ao que produz e aos seus depoentes.

Mesmo de forma incipiente, neste Ensaio, tentamos fornecer elementos construtivos para o debate sobre as pesquisas realizadas por componentes do nosso grupo de pesquisa e para os demais pesquisadores que pretendem trabalhar com História Oral, principalmente alertando para uma conduta ética e não-ingênua no tratamento da constituição e utilização das fontes orais e iconográficas.

### **Referências**

- ALBERTI, V. Histórias dentro da história. In: PINSKY, C. B. (Org.) **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.
- AMADO, J. A culpa nossa de cada dia: ética e história oral. **Projeto História**, São Paulo, v. 15, p. 145-155, 1997.
- BARALDI, I. **Retraços da educação matemática na região de Bauru (SP): uma história em construção**. 2003. 240 f. Tese (Doutorado em Educação Matemática) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2003. Disponível em: [www.ghoem.com](http://www.ghoem.com) Acesso em: 31 jan. 2008.
- BARROS, M. **Livro sobre nada**. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- BOSI, E. **Memória e sociedade: lembrança de velhos**. 7. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- FERREIRA, M. M. (Org.) **História oral e multidisciplinaridade**. Rio de Janeiro: Diadorim, 1994.
- FREITAS, S. M. **História oral: possibilidades e procedimentos**. São Paulo: Humanitas, FFLCH/USP, Imprensa Oficial do Estado, 2002.
- GAERTNER, R. **A matemática escolar em Blumenau (SC) no período de 1889 a 1968:**

da Neue Deutsche Schule à Fundação Universidade Regional de Blumenau. 2004. 248 f. Tese (Doutorado em Educação Matemática) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2004. Disponível em: [www.ghoem.com](http://www.ghoem.com) Acesso em: 31 jan. 2008.

GARNICA, A. V. M. História oral e educação matemática: um inventário. In: **Revista Pesquisa Qualitativa**, São Paulo, v. 2, n.1, p. 137-160, 2006.

GARNICA, A. V. M. **Um tema, dois ensaios: método, história oral, concepções, educação matemática.** 2005. 204 f. Tese (Livre-Docência) – Departamento de Matemática da Faculdade de Ciências, Universidade Estadual Paulista, Bauru, 2005. Disponível em: [www.ghoem.com](http://www.ghoem.com) Acesso em: 31 jan. 2008.

GARNICA, A. V. M. História oral e educação matemática. In: BORBA, M. C.; ARAÚJO, J. L. (Org.) **Pesquisa qualitativa em educação matemática.** Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

GATTAZ, A. C. **Braços da resistência: uma história oral da imigração espanhola.** São Paulo: Xamã, 1996.

KRAMER, S. Autoria e autorização: questões éticas na pesquisa com crianças. **Cadernos de Pesquisa.**, São Paulo, n.116, p. 41-59, jul. 2002.

LINHARES, C. Pesquisas educacionais podem romper com profecias de nascimento? Memórias e projetos do magistério no Brasil. In: TRINDADE, V. et al. (Org.) **Os lugares dos sujeitos na pesquisa educacional.** Campo Grande, MS: UFMS, 2001.

MAUAD, A. M. História, iconografia e memória. In: SIMSON, O. R. de M. von (Org.) **Os desafios contemporâneos da história oral.** Campinas, SP: UNICAMP, 1997. p. 309-320.

MEIHY, J. C. S. B. **Manual de história oral.** 3. ed. São Paulo: Loyola, 2000.

PORTELLI, A. **The death of Luigi Trastulli, and others stories: form and meaning in oral history.** New York: State University of New York, 1997.

SEIXAS, J. A. Comemorar entre memória e esquecimento: reflexões sobre a memória histórica. **História: Questões & Debates**, Curitiba, n. 32, p. 75-95, 2000.

SILVA, H. **Centro de Educação Matemática (CEM): fragmento de identidade.** 2006. 448 f. Tese (Doutorado em Educação Matemática) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2006. Disponível em: [www.ghoem.com](http://www.ghoem.com) Acesso em: 31 jan. 2008.

THOMPSON, P. **A voz do passado: história oral.** 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

**Aprovado em março de 2008**  
**Submetido em setembro de 2007**

# ZETETIKÉ

Volume 15 ! Número 28 " Julho/Dezembro de 2007

